

GUIA

Participação social nas políticas públicas nos territórios intramunicipais



JUNTOS PELA **REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES**
INTRAMUNICIPAIS PARA A **GARANTIA DOS DIREITOS**
DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES QUE VIVEM
NAS GRANDES CIDADES **EDIÇÃO 2013-2016**



Participação social nas políticas públicas nos territórios intramunicipais



UNICEF/BRZ/Marcos Snoop

abril/2014



Sumário

Apresentação	6
Participação social	9
Crianças e adolescentes	10
Espaços de participação	11
Importância para o município	13
O passo a passo da participação	15
Onde atuar	15
Conhecendo o território	16
Fóruns Territoriais iniciais	18
Incorporação das ações dos Planos de Ações Territoriais no Plano de Trabalho Municipal	24
Realização de ações de mobilização social	25
Monitoramento	26
Fóruns Territoriais finais	27
Plataforma Virtual	28

Apresentação

A Plataforma dos Centros Urbanos (PCU) é uma contribuição do UNICEF na busca de um modelo de desenvolvimento inclusivo das grandes cidades que reduza as desigualdades que afetam a vida de suas crianças e seus adolescentes, garantindo a cada um deles maior e melhor acesso a educação de qualidade, saúde, proteção e oportunidades de participação.

Em sua segunda edição, a Plataforma abrange o período de 2013 a 2016 e contempla oito capitais: **Belém, Fortaleza, Maceió, Manaus, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís e São Paulo.**

A iniciativa tem como primeiro passo o estabelecimento de uma parceria entre o UNICEF, a Prefeitura e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Ao longo do período de implementação, o UNICEF e seus parceiros técnicos acompanham o município nas ações que visam à garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, de acordo com o estabelecido na Convenção Internacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Esse processo é realizado por meio do acompanhamento de 10 indicadores sociais desagregados por territórios intramunicipais e de ações realizadas pela Prefeitura e pelo CMDCA junto às comunidades.



Os indicadores são:

1. Taxa de mortalidade neonatal (SIM/SINASC);
2. Percentual de nascidos vivos de gestantes com sete ou mais consultas de pré-natal (SINASC);
3. Taxa de mortes por outras causas externas entre adolescentes de 10 a 19 anos (SIM);
4. Taxa de homicídios entre adolescentes de 10 a 19 anos (SIM);
5. Percentual de nascidos vivos filhos de mulheres de 10 a 14 anos e de 15 a 19 anos (SINASC);
6. Taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental da rede pública;
7. Percentual de crianças de 4 e 5 anos de idade matriculadas na Educação Infantil da rede pública;
8. Percentual de escolas da rede pública que atingiram ou ultrapassaram a meta do Ideb (anos iniciais e anos finais);
9. Percentual de crianças atendidas pelo Benefício de Prestação Continuada que estão na escola (MDS/MEC);
10. Percentual de escolas do Ensino Fundamental da rede pública que possuem quadra esportiva.

Para que os desafios e soluções para a redução das desigualdades possam ser sempre construídos coletivamente, a PCU propõe que o município crie e fortaleça espaços de participação social que envolvam as populações das diferentes regiões da cidade, de todos os grupos sociais e com representatividade da diversidade encontrada nessas cidades.

A efetivação dos direitos para todos depende de políticas públicas adequadas e coerentes à realidade de cada território. Esse aperfeiçoamento no desenho e implementação das políticas públicas só é possível se não se perder de vista que esses territórios se constituem a partir dos sujeitos. São espaços de potencialidades, com sua história e suas lógicas. Por isso, a PCU estimula a redução das desigualdades reconhecendo, valorizando e promovendo as diferenças que compõem um centro urbano.

Neste guia, o UNICEF compartilha dicas e orientações para fortalecer a construção de políticas públicas coerentes com as dinâmicas dos territórios mais vulneráveis, a partir da ampla participação social. As sugestões aqui apresentadas têm o intuito de contribuir com o trabalho da gestão municipal e da sociedade civil, e apresentar formas possíveis de agregar forças de diversos atores em prol de um objetivo. Entretanto, o seu conteúdo não é mandatório ou imposto para os parceiros, que também são sempre estimulados a construir suas próprias propostas de participação.



UNICEF/BRZ/Lilo Clareto

A participação social é fruto da ampla mobilização dos diversos setores da sociedade ao longo da história. O município é o local privilegiado para exercer o direito à participação.

Participação Social

A participação social na construção das políticas públicas é um direito garantido na sociedade brasileira. Essa participação está prevista em uma série de normativas e é reconhecida como fundamental para a adequação, o aprimoramento e a efetividade das políticas públicas. O município é o local privilegiado para essa participação, pois é nele que os cidadãos vivem e estabelecem relações mais próximas com o sistema político de maneira geral.

O direito à participação foi resultado de muita mobilização social. Na década de 1980, diversos setores da sociedade se mobilizaram para incluir propostas à nova Constituição por meio de emendas populares. Organizações que atuavam na defesa dos direitos da criança e do adolescente também se articularam. A Constituição Federal de 1988 abriu, assim, importantes caminhos para a participação formal da sociedade civil no ciclo das políticas públicas, o que vem sendo constantemente aprimorado por meio de outras legislações.

Além da participação social, a Constituição de 1988 ampliou o papel do município na gestão das políticas, à medida que conferiu maior autonomia aos gestores municipais. Diversos conselhos setoriais, reunindo representantes governamentais, sociedade civil, usuários, empresários etc., foram constituídos ao longo dos anos. Assim, cabe ao município – em uma ação articulada entre diferentes setores – refletir sobre a sua realidade e construir os caminhos mais adequados para enfrentar os desafios.



UNICEF/BRZ/Marcos Snoop

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Na área da infância e da adolescência, as conquistas também foram muitas, tanto em termos de conteúdo quanto de gestão. A Constituição Federal de 1988 garantiu que todas as crianças e os adolescentes deveriam ser tratados com prioridade absoluta nas políticas públicas¹. A Convenção sobre os Direitos das Crianças, de 1989, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, detalharam as condições para a promoção, proteção e defesa dos direitos dessa população, sendo seguido por outras políticas, planos e normativas.

Todo esse universo trouxe mudanças importantes para as **políticas públicas**:

- **O direito da criança e do adolescente:** toda e qualquer criança e adolescente tem os mesmos direitos. As políticas precisam, portanto, dar conta do desenvolvimento integral de todo menino e menina. Esse desenvolvimento integral exige também superar a divisão de áreas nas políticas públicas. Afinal, a infância e a adolescência perpassam todas as áreas.
- **A gestão da política:** O artigo 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente (lei federal nº 8.069/90) estabeleceu a criação dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) em âmbito municipal, estadual e nacional. Os Conselhos dos Direitos são compostos paritariamente por representantes governamentais e não governamentais e têm o papel de deliberar as políticas públicas para a infância e a adolescência em sua esfera de ação. No mesmo artigo, o Estatuto também estabeleceu a manutenção dos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA), que devem ser geridos pelos respectivos conselhos, e têm como função o desenvolvimento de políticas, programas e ações de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

¹ Conforme disposto no Artigo nº 227 da Constituição da República Federativa do Brasil: "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão."



UNICEF/BRZ/Marcos Snoop

ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO

Este guia propõe fortalecer o processo de participação social na formulação e implementação das políticas públicas. Como se verá adiante, será fomentada a realização de Fóruns Territoriais, a fim de que se promova um diálogo com o território (buscando superar, inclusive, a segmentação das políticas públicas). Mas a viabilidade e a sustentabilidade dessa ação poderá ser pautada também no fortalecimento dos espaços de participação já existentes, conectando cada vez mais a população aos processos decisórios.

O direito de participação está presente, como preceito fundamental, nos principais documentos norteadores das políticas públicas nacionais, como o Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Entretanto, é importante destacar os seguintes espaços/momentos estratégicos de participação específicos da infância e da adolescência, que têm o papel de realizar a integração entre as diferentes políticas:

- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: como engajar o CMDCA na redução das desigualdades? As organizações que o compõe estabelecem uma ponte com toda a cidade, em especial com os locais mais vulneráveis?
 - Conferências: os Conselhos realizam periodicamente as Conferências Municipais? Como aproveitar esses momentos para o enfrentamento das desigualdades? Como garantir a representatividade das diferentes regiões?
 - Plano de Ação do CMDCA e Plano de Aplicação do Fundo da Infância: quais ações estão sendo priorizadas? Elas incidem efetivamente nas desigualdades? Como vem sendo deliberada a utilização dos recursos do FIA?
 - Planos setoriais: o município possui os planos setoriais, como Plano da Primeira Infância, o Plano da Convivência Familiar e Comunitária e o Plano de Atendimento às Medidas Socioeducativas?
 - Participação de crianças e de adolescentes: o CMDCA promove espaços de diálogo com meninos e meninas?
- Ciclo orçamentário: há uma previsão clara de participação da sociedade em todo o processo do ciclo orçamentário, desde a elaboração até a prestação de contas, por meio de audiências públicas ou outras formas?
- Lei de acesso à informação pública: como o município está organizado em relação à lei nº 12.527/11, que amplia a possibilidade de participação social, permitindo ao cidadão solicitar acesso a uma série de informações, inclusive indicadores sociais?

A PCU incentiva a realização de momentos de diálogo com a população para discutir os desafios apontados pelos indicadores sociais e propor ações. Mas é importante que o município se prepare para dar encaminhamento ao que for construído e para consolidar os canais de participação.

A realidade da participação social é diversa em todo o Brasil. Os Fóruns propostos pela PCU podem, portanto, se valer da força da sociedade civil, naqueles locais em que ela está organizada, assim como fomentar esse processo de mobilização, permitindo identificar novas organizações sociais e conectá-las cada vez mais à cidade e aos processos de tomada de decisão.

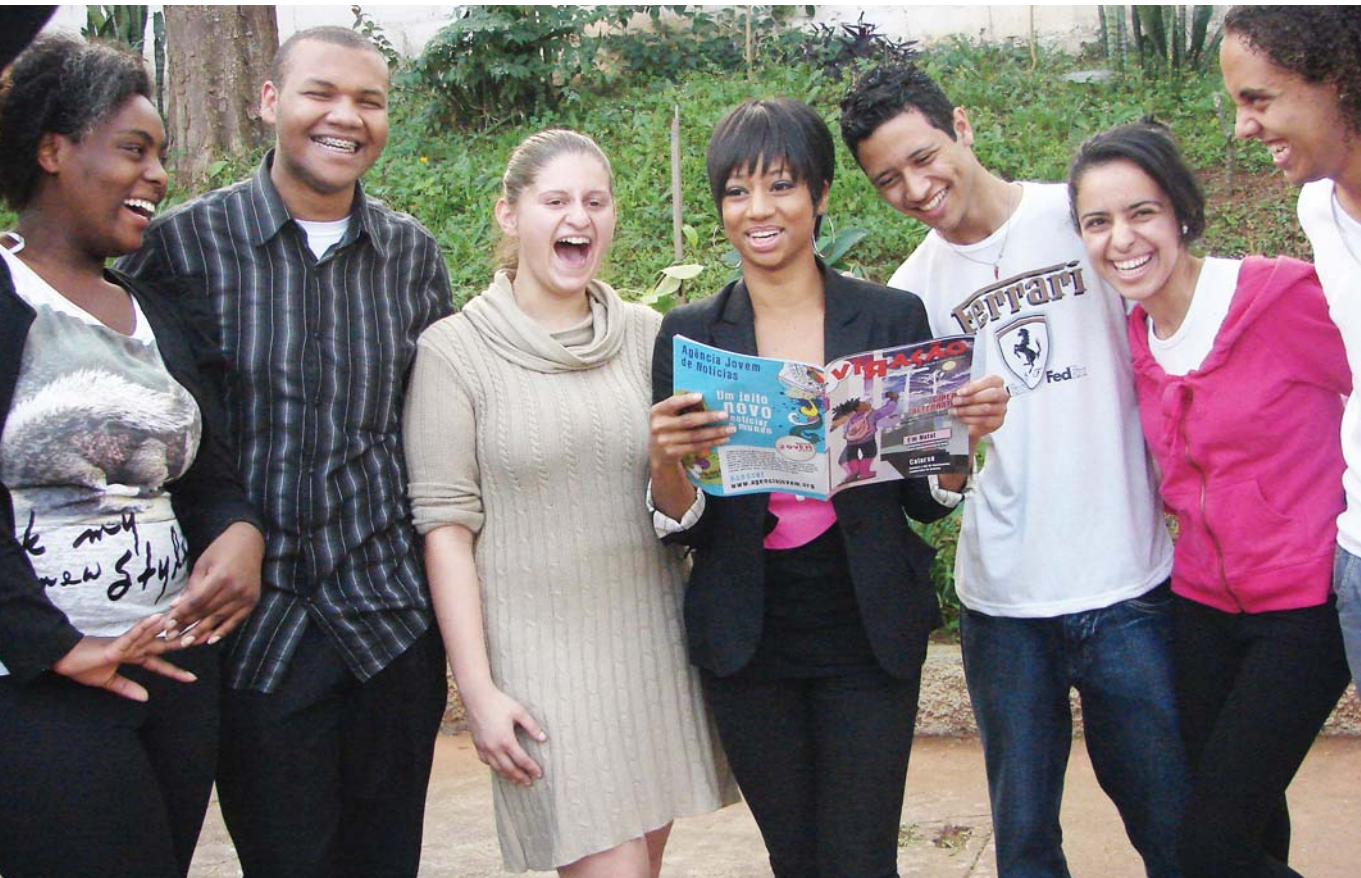
IMPORTÂNCIA PARA O MUNICÍPIO

Toda a mobilização política para garantir o direito à participação tem por base o entendimento de que ela faz a diferença na política pública em um Estado democrático. A participação permite ao município:

- **Construir políticas públicas mais acertadas:** a participação da sociedade na construção das políticas permite desenhar estratégias que realmente respondem às necessidades das pessoas que serão beneficiadas por tais políticas, pois agrega a perspectiva daqueles que vivem o dia a dia do território. Essas pessoas podem dizer muito sobre causas, impactos e possíveis soluções.
- **Favorecer o comprometimento de diferentes atores:** a participação social contribui para que cada um possa compreender melhor o papel do outro. A própria população pode se engajar na construção das mudanças e passa a ter mais mecanismos para saber de quem cobrar.
- **Contribuir para a efetividade da implementação da política, a partir do monitoramento:** quando todos se envolvem com uma proposta e têm mecanismos para acompanhar os desdobramentos, há mais chances das políticas alcançarem a seus objetivos.
- **Favorecer a continuidade da política:** a participação de diferentes atores favorece a perpetuidade das políticas públicas de desenvolvimento inclusivo e consolida a democracia participativa.



É importante que o município se prepare para dar encaminhamento às sugestões elaboradas nos espaços de participação.



O passo a passo da participação

1. ONDE ATUAR

A PCU propõe que o município dialogue com a população tendo por referência os desafios apontados pelos 10 indicadores desagregados por territórios intramunicipais², ou seja, a partir da realidade específica dos territórios. Para isso, a gestão municipal, com o CMDCA e os demais parceiros locais, deve optar se atuará em toda a cidade ou em algumas regiões. Essa decisão vai ser tomada utilizando como uma das fontes de informação, os dados coletados na linha de base.

De todo modo, vale ressaltar que a proposta da Plataforma é contribuir para a redução das desigualdades no município. Assim, sugere-se que sejam definidas as áreas que precisam de mais atenção e investimento. Alguns critérios podem ser observados para a escolha das áreas que merecem ser priorizadas:

- áreas de maior concentração de piores indicadores resultando em desigualdades;
- áreas de maior concentração de crianças e de adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade;
- outros critérios complementares formulados e justificados pela gestão municipal.

1º PASSO: Analisar a linha de base e definir os territórios prioritários para atuar na redução das desigualdades que afetam crianças e adolescentes

AÇÃO!

² Para obter mais informações sobre os 10 indicadores desagregados e a metodologia proposta pelo UNICEF para avaliá-los, consulte o Guia Metodológico de Aferição da Redução das Desigualdades.

2. CONHECENDO O TERRITÓRIO

Definida a área de atuação, o passo seguinte é fazer um mapeamento dos territórios. O mapeamento deve ser compreendido como o processo de coleta e registro de informações e percepções das comunidades sobre a área em que vivem e convivem. Esse processo é fundamental para uma leitura mais crítica das políticas públicas, principalmente da inter-relação entre elas.

A ação do governo sobre a cidade se dá por meio de políticas públicas, organizadas dentro de cada frente de trabalho: saúde, educação, assistência social, esporte e lazer, cultura, transporte, saneamento, habitação etc. A divisão espacial é necessária para organizar a ação governamental, porém essa divisão do município pode não ser a mesma para cada Secretaria. Assim, a divisão oficial nem sempre dá conta de refletir a dinâmica da vida local e acaba dificultando o conhecimento adequado de cada região. Por isso, a proposta é promover o diálogo com os atores do território, compreendendo os desafios e as possíveis soluções em sua complexidade e transversalidade.



Atores sociais do território

O processo de escuta atenta em um território tem início com o mapeamento dos atores sociais locais. Para isso, é preciso identificar um primeiro grupo de pessoas, que conheça bem a região. Pode-se considerar:

- Representantes de serviços que atuam na região;
- Pessoas de referência nos territórios;
- Adolescentes.

Esse grupo inicial pode ajudar a identificar os demais atores e serviços locais. As informações a serem levantadas dependem dos temas que serão priorizados. Se o desafio maior é, por exemplo, a permanência das crianças e dos adolescentes nas escolas, é importante mapear toda a rede de ensino, para que ela possa ser convidada para os debates. De maneira geral, a Plataforma dos Centros Urbanos sugere que sejam identificados:

- **Serviços governamentais:** que estão presentes nesses territórios ou são referência para a população (posto de saúde, escolas, creches, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Conselho Tutelar etc.);
- **Sociedade civil:** iniciativas e organizações não governamentais com atuação na região, associações de moradores, grupos religiosos/ igrejas, pessoas de referência nos territórios, fóruns e redes locais;
- **Adolescentes:** grupos juvenis, esportivos e culturais, rede de adolescentes etc;
- **Outros setores:** comércio, empresas etc.

2º PASSO: Mapear os atores sociais e serviços do território.



AÇÃO!

3. FÓRUNS TERRITORIAIS INICIAIS

É o momento de envolver a população para discutir e avaliar a realidade local, as políticas públicas e as possibilidades de intervenção por meio de Fóruns Territoriais. Nessa fase, a partir da linha de base e de informações a serem levantadas com os participantes (atores, serviços, percepções e indicadores), será feita a análise e a construção coletiva de sugestões que visem à melhoria das áreas trabalhadas, sintetizadas no Plano de Ação Territorial.

A proposta é que sejam realizados pelo menos dois Fóruns ao longo do ciclo da PCU: um no início, para a leitura inicial do cenário e construção de propostas, e outro ao final, para a avaliação dos avanços. A responsabilidade pela realização dos Fóruns é da Prefeitura e do CMDCA.

Os Fóruns são, portanto, espaços de mobilização, debate, proposição, priorização, monitoramento e avaliação.

Os Fóruns Territoriais reúnem pessoas que vivem e atuam em um determinado território, com o objetivo de analisar a realidade local em relação à garantia dos direitos da criança e do adolescente, discutir sobre soluções e problemas, avaliar em que medida a comunidade está avançando e, por fim, verificar os resultados que foram alcançados ao longo do período.

Algumas etapas para a realização dos Fóruns:

a) Estrutura e logística

A primeira decisão é sobre onde realizar os encontros. É recomendável que seja um local no próprio território e de fácil acesso a toda a população. É importante garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência, com acesso para cadeirantes e a participação de tradutor de Libras. A data e o horário podem ser definidos em parceria com as pessoas de referência nos territórios, respeitando a dinâmica local e garantindo a maior participação possível.

b) Convites

O mapeamento do território deverá apontar as pessoas que precisam ser convidadas. A lista abaixo apresenta, como sugestão, alguns segmentos cuja participação, de maneira geral, é importante garantir:

INSTITUIÇÕES	SEGMENTOS
Unidades de Educação Infantil	Professor ou gestor Mãe, pai ou responsável pela criança
Escola pública de Ensino Fundamental	Professor (conselho escolar) Aluno (grêmio estudantil, se houver) Mãe, pai ou responsável pelo estudante
Escola pública de Ensino Médio	Professor (conselho escolar) Aluno (grêmio estudantil, se houver) Mãe, pai ou responsável pelo aluno
Unidades, serviços e programas da saúde (como o Programa Saúde da Família, Saúde na Escola etc.)	Adolescente usuário Gestante usuária Mãe usuária Agente comunitário de saúde Gestor da unidade de saúde Equipe técnica das unidades, serviços e programas
Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) que atendem à região	Gestor Equipe técnica
Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que atende a região (especialmente os programas e serviços voltados para crianças e adolescentes)	Coordenador do CRAS Equipe técnica Adolescente atendido Mãe, pai ou responsável por criança e adolescente atendido
Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que atende a região (especialmente os programas e serviços voltados para crianças e adolescentes)	Coordenador do CREAS Equipe técnica <i>Neste caso, a participação de adolescentes e responsáveis atendidos deve ser avaliada pela equipe, visto que se encontram em atendimento por violarem uma grave violação de direitos.</i>
Programas e serviços de profissionalização de adolescentes	Gestor do programa/serviço Adolescente atendido
Conselho Tutelar	Conselheiro/a
Representantes da administração municipal da região (como subprefeituras)	Gestor municipal da região
Instituição religiosa	Representante da igreja evangélica Representante da igreja católica Representante religioso de matriz africana Representante de outras religiões que se façam presentes no território
Associação comunitária/de moradores	Gestor ou representante legal
ONG que atua com crianças e/ou adolescentes	Gestor ou representante legal Adolescente beneficiário
Movimentos sociais (saúde, habitação etc.)	Pessoa de referência (adolescente, jovem e/ou adulto)
Movimento negro/grupos que discutam questões étnico-raciais (ex.: grupo de hip hop)	Participante
Projetos, grupos e espaços culturais (centros de cultura, bibliotecas etc.)	Gestor Usuário
Projetos, grupos e espaços esportivos	Gestor Usuário
Distrito policial/Batalhão de polícia	Delegado/Comandante Guarda Municipal

Para realizar a mobilização é importante produzir um convite e fazer a distribuição de maneira direcionada. No caso dos serviços governamentais que atuam na região, as coordenações também devem ser convidadas e informadas, para que possam apoiar a participação das equipes locais.

dica

O Fórum precisa ser pensado de forma a acolher efetivamente a participação dos adolescentes. Mais informações sobre esse tema podem ser encontradas no Guia de Participação Cidadã dos Adolescentes da Plataforma dos Centros Urbanos.

c) Preparação do conteúdo

Deve ser preparado o material que será compartilhado com os participantes. Como parte integrante deste material devem ser incluídos os dados da linha de base realizada no município, com os indicadores prioritários. Para isso, é importante definir também a programação do encontro. A dinâmica pode variar em cada local. O fundamental é que o material permita aos presentes compreender as informações, debater e colaborar com a construção de propostas.

dica

Antes da realização do Fórum, o UNICEF apresentará uma sugestão de estrutura de agenda ao município, que deverá ser ajustada à realidade de cada localidade.

É importante que o conteúdo a ser construído seja elaborado em parceria com as pessoas de referência nos territórios que apoiam o mapeamento do território. Os dados precisam ser apresentados de forma clara e bastante didática, permitindo o entendimento de todos os presentes. Se possível, o material deve ser entregue aos participantes, para que possam acompanhar melhor as apresentações.

d) Registro

É importante que o Fórum Territorial seja devidamente registrado. Para isso, é preciso preparar:

- Lista de presença, com os campos: nome, atuação, instituição que representa e contato;
- Ficha de avaliação.

Além de convidar/contratar:

- Fotógrafo;
- Sistematizador, ou seja, aquela pessoa que ficará encarregada de fazer as anotações e elaborar um documento com a memória dos principais assuntos debatidos e os encaminhamentos propostos.



e) Desenvolvimento

Embora a programação possa variar, é importante observar alguns aspectos:

Compartilhamento das informações: apresentação da linha de base e dos demais dados apurados por meio do mapa, das consultas ou de outras pesquisas que venham a ser desenvolvidas.

dica

O UNICEF apoiará a construção de um formato interativo para apresentação da linha de base dos indicadores do município e dos territórios para serem utilizados nos Fóruns Territoriais.

Análise participativa das informações: desenvolvimento de uma dinâmica que permita aos presentes analisar as informações apresentadas, pensar nas causas e consequências. A proposta é que sejam trabalhos em subgrupos por conjunto de indicadores, seguidos de socialização e debate das análises:

- Como estamos em relação aos indicadores? Este território está muito distante do melhor desempenho do município?
- Quais são as causas presentes no território que nos levam a esta condição? Quais são os fatores? O que aconteceu ou não aconteceu no território?
- De quais recursos dispomos para enfrentar essa situação? Pense primeiro em você. De que forma você ou sua ação podem contribuir para enfrentar essa situação? Depois consulte a lista de políticas públicas existentes no município e/ou no País. Com quais políticas podemos contar? Quais os programas do UNICEF que contribuiriam para enfrentar este desafio?

ATENÇÃO!

O mediador do Fórum deverá ficar atento para garantir a efetiva participação de todos. No momento do compartilhamento das propostas, será importante mediar as contribuições, favorecendo a construção de consensos, a explicitação de dissensos e sugerindo votações, quando necessário.

Elaboração do Plano de Ação Territorial: uma vez que os desafios tenham sido debatidos e os recursos identificados, é o momento de propor caminhos para enfrentar as desigualdades. Essa construção deve levar em conta aquilo que é possível fazer no período de um ano seguindo dois caminhos:

- **Mobilização comunitária:** aquilo que a própria comunidade pode desenvolver para contribuir com a melhoria das condições de vida das crianças e dos adolescentes. Devem ser realizadas pelo menos **duas ações de mobilização social**. O UNICEF apresentará propostas de metodologias que facilitem a mobilização social. Estas metodologias estarão disponíveis em uma plataforma virtual (vide página 28).
- **Articulação com políticas públicas:** aquilo que pode ser feito para aprimorar a oferta dos serviços públicos naquele território. Dentro disso, pensar na articulação dos serviços. É importante lembrar que a perspectiva que orienta esse debate é o território, e não a política de uma área. Por isso, cabe ter atenção para perceber como uma maior interação entre os setores pode ajudar a superar as lacunas.

QUADRO RESUMO DA ANÁLISE PARTICIPATIVA + PLANO DE AÇÃO TERRITORIAL

INDICADORES ANALISADOS	QUAIS SÃO AS CAUSAS?	QUAIS RECURSOS DISPOMOS?	O QUE FAZER?	
Apresentação do cenário, a partir dos 10 indicadores, divididos pelas seguintes áreas: <ul style="list-style-type: none"> ■ Sobreviver e se desenvolver ■ Aprender ■ Proteger(-se) do HIV/aids ■ Crescer sem violência ■ Esportes e lazer 	Identificar a percepção dos participantes sobre as causas que geram o cenário analisado	[Listagem dos recursos locais + política pública + programas do UNICEF]	Mobilização e participação social	Construção e articulação de política pública

Consolidação do documento final: deverá ser realizado um registro cuidadoso, com a sistematização dos trabalhos construídos. Esse documento é o Plano de Ação Territorial.

3º PASSO: Realizar o Fórum Territorial inicial, que tem por objetivo promover o diálogo entre a população. Ele viabilizará a construção coletiva de propostas de mobilização social e de recomendações às políticas públicas, sistematizadas no Plano de Ação Territorial.



4. INCORPORAÇÃO DAS AÇÕES DOS PLANOS DE AÇÕES TERRITORIAIS NO PLANO DE TRABALHO MUNICIPAL

Propõe-se que, após a elaboração do Plano de Ação Territorial (produto do Fórum Territorial), a gestão municipal incorpore em seu Plano de Trabalho Municipal aquelas medidas que lhe são de responsabilidade direta, tais como implementar políticas públicas e ofertar serviços com abrangência e qualidade. Também espera-se que os gestores públicos contribuam das seguintes formas:

- Fortalecendo a participação de organizações da sociedade civil;
- Fortalecendo a participação cidadã de adolescentes;
- Aprimorando a gestão participativa das políticas;
- Adotando ações para a redução das desigualdades.

AÇÃO!

4º PASSO: Incorporar as ações dos Planos de Ações Territoriais no Plano de Trabalho Municipal



5. REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

As ações desenhadas terão em vista atender às necessidades consideradas como as mais urgentes pelos participantes do fórum. Outros itens devem ser contemplados:

- Recursos financeiros necessários e possibilidades de captação de recursos;
- Parcerias importantes a serem firmadas;
- Tempo necessário para realização da ação;
- Potenciais problemas a serem enfrentados e possíveis formas de solucioná-los.

Para que a continuidade do trabalho seja garantida, sugere-se que, durante o Fórum, seja constituído um grupo de trabalho, que seja responsável pela coordenação destas ações e garanta a perpetuidade da mobilização iniciada. É importante que jovens integrem esse grupo.

Dentre as diversas possibilidades de ação estão mutirões, campanhas e gincanas educativas, mobilizações para melhoria dos serviços públicos, entre outros.

5º PASSO: Realizar pelo menos duas ações de mobilização social

AÇÃO!

AMPLIANDO A PARTICIPAÇÃO: um dos desdobramentos do Fórum Territorial deve ser a conexão da população com os demais espaços de participação existentes, para que ampliem as possibilidades de diálogo e de monitoramento.

Exemplo disso são as audiências para a discussão dos orçamentos, os conselhos de políticas públicas, as conferências municipais e tantos outros espaços. Convém que seja preparada uma apresentação ou uma lista com a relação desses espaços (que pode variar de município para município).

ATENÇÃO!

6. MONITORAMENTO

O acompanhamento do trabalho será fundamental para o sucesso da iniciativa. Deve-se pactuar com os presentes as estratégias para o monitoramento das ações. Algumas questões centrais podem nortear esta etapa do trabalho:

- Qual o cronograma da participação do município na PCU?
- Quais serão os canais de monitoramento?
- De que forma foram encaminhadas as recomendações elaboradas durante o Fórum Territorial inicial?
- Quais atores permaneceram atuantes na implementação do Plano de Ação Territorial?
 - Os participantes dos Fóruns serão estimulados a integrar o processo como um todo, incluindo uma participação ativa no desenvolvimento e monitoramento das ações. É importante que o que for pactuado nos Fóruns Territoriais seja disseminado e as informações socializadas com todos aqueles que foram envolvidos. Dessa forma será possível um monitoramento ativo dos processos para a redução das disparidades nos territórios. Isso pode ser feito por meio das pessoas de referência nos territórios, dos serviços que atuam na região e das seguintes formas:
 - Mural/cronograma: construção de uma linha do tempo da iniciativa, com a indicação dos prazos das ações que foram pactuadas e dos demais momentos estratégicos da PCU. Esse material pode ser afixado nas associações comunitárias, nos serviços públicos etc.
 - Boletim de acompanhamento: material impresso, informando periodicamente as ações realizadas.
 - Mídias comunitárias: podem ter um papel muito importante no monitoramento das ações, principalmente daquelas de mobilização social no próprio território. Além de informar sobre o andamento dos trabalhos, é uma forma de dar visibilidade às iniciativas e conquistas novos parceiros.
 - Encontros: o município também pode realizar um Fórum Territorial intermediário, para realizar uma avaliação de meio de percurso.



AÇÃO!

6º PASSO: Monitorar permanentemente o andamento do trabalho e os resultados obtidos, realizando ajustes quando necessário.

7. FÓRUNS TERRITORIAIS FINAIS

A PCU irá avaliar os avanços do município no que se refere aos 10 indicadores de impacto sugeridos pela iniciativa. Mas a população também deverá ser engajada na avaliação. Para isso, deve ser organizado um novo ciclo de Fóruns Territoriais.

Essa nova rodada deve seguir a mesma trajetória proposta para o momento inicial, ou seja:

- **Mapeamento dos atores/serviços:** é importante verificar se novas referências surgiram no território, retomar o contato com aquelas que tenham ficado pelo caminho e, principalmente, reforçar os vínculos com os parceiros de caminhada.
- **Fórum Territorial:** organização e realização de um novo Fórum, observando todos os cuidados indicados anteriormente. O desenvolvimento será diferenciado:
 - Apresentação dos dados: comparação entre as linhas de base inicial e final e comparação entre as consultas realizadas junto à população;
 - Apresentação das ações desenvolvidas, tanto de mobilização social quanto aquelas realizadas pela gestão pública;
 - Análise dos avanços e registro dos desafios que ainda persistem;
 - Celebração e indicação de novos passos.

Tão importante quanto o acompanhamento dos indicadores municipais, será verificar as ações de mobilização social realizadas pelo município em parceria com CMDCA e comunidades populares. O UNICEF pretende que este ciclo da Plataforma dos Centros Urbanos seja apenas o primeiro impulso de um movimento de engajamento e participação social nos territórios mais vulneráveis dos grandes centros urbanos.

7º PASSO: Realizar um novo ciclo de mapeamento e promover a análise coletiva dos avanços e desafios em um novo Fórum Territorial, alimentando novos Planos de Trabalho Municipal para dar continuidade às ações de redução de desigualdades intraurbanas.



AÇÃO!

PLATAFORMA VIRTUAL

O UNICEF atuará todo o tempo apoiando o intercâmbio das experiências, resultados e conhecimentos que possam fortalecer as ações, assim como a participação social no desenvolvimento dos trabalhos. Uma das ferramentas disponíveis é a plataforma virtual, um espaço de conhecimento e interação oferecido aos municípios participantes. Neste ambiente virtual estarão disponibilizados dados e técnicas para o envolvimento dos atores locais. Nele também serão postadas sugestões, ideias, dúvidas, e publicadas as boas práticas dos municípios. A plataforma virtual também contará com um espaço para incentivar a participação de adolescentes com atividades de mobilização social, entre outras.

Serão compartilhadas metodologias que podem apoiar a realização dos trabalhos. Mas é importante que sejam adaptadas à realidade de cada local. Entre as metodologias propostas estão o Mapeamento Temático do Território e Construção Compartilhada de Soluções Locais, que serão descritos a seguir.

Por fim, a plataforma virtual será um importante mecanismo de acompanhamento e monitoramento das ações realizadas pelos municípios, em especial aquelas de caráter participativo. Por meio deste espaço, o UNICEF também acompanhará a evolução dos indicadores, contrapondo a linha de base com o resultado ao final do processo.

unicef



EXEMPLOS DE METODOLOGIAS PROPOSTAS NA PLATAFORMA VIRTUAL

MAPEAMENTO TEMÁTICO DO TERRITÓRIO:

É uma técnica participativa que possibilita o conhecimento de determinado lugar e de suas relações a partir de uma representação gráfica elaborada coletivamente. Esses mapas oferecem um retrato que é fruto da visão e do entendimento que os participantes têm do seu território, do seu lugar como espaço do cotidiano. O mapa é um potente instrumento para fazer a leitura da realidade a partir de suas múltiplas dimensões.

CONSTRUÇÃO COMPARTILHADA DE

SOLUÇÕES LOCAIS: A metodologia consiste no empoderamento dos participantes para que analisem os problemas, formulem e desenvolvam ações, criando soluções com recursos disponíveis e pautados na realidade local. O resultado são projetos práticos e concretos, gerando soluções criativas que resultam em impactos palpáveis na vida das comunidades. Os participantes sentem-se 'autores' dos projetos e ações sociais elaborados, superando a visão de 'beneficiários' de um determinado projeto social e estendendo essa vivência aos próprios integrantes de seus grupos de base e à população com a qual pretendem atuar.



CICLO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PCU

Onde atuar

Analisar a linha de base e definir os territórios prioritários para atuar na redução das desigualdades que afetam negativamente crianças e adolescentes.

Conhecendo o território

Mapear os atores sociais e serviços do território.

Fóruns Territoriais iniciais

Realizar Fóruns Territoriais para promover o diálogo entre a população e viabilizar a construção coletiva de propostas de mobilização social e de recomendações às políticas públicas por meio de Plano de Ação Territorial.

Incorporação das ações do Plano de Ação Territorial no Plano de Trabalho Municipal

As propostas e recomendações elaboradas nos Fóruns Territoriais iniciais poderão alimentar o Plano de Trabalho Municipal e dar subsídio às ações a serem realizadas pela Prefeitura e pelo CMDCA.

Realização de pelo menos duas ações de mobilização social

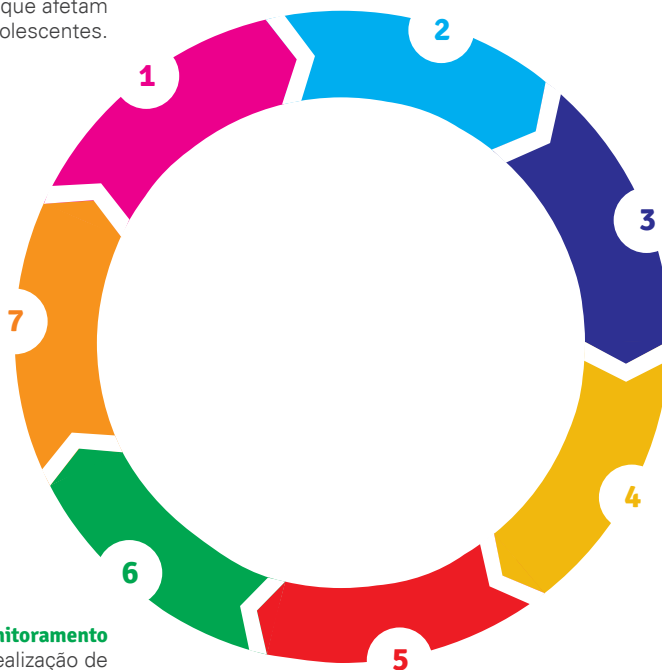
Além de alimentar o Plano de Trabalho Municipal, ao longo do período da PCU, o município deverá realizar pelo menos duas ações de mobilização social.

Monitoramento

É sugerida a realização de ações de monitoramento de meio período da implementação das ações do Plano de Trabalho Municipal e dos Planos de Ação Territoriais, e também dos indicadores.

Fóruns Territoriais Finais

Realizar um novo ciclo de mapeamento e promover a análise coletiva dos avanços e desafios em um novo Fórum Territorial final.



EXPEDIENTE

Gary Lee Stahl

Representante do UNICEF no Brasil

Antonella Scolamiero

Representante Adjunta do UNICEF no Brasil

Luciana Phebo

Coordenadora da Plataforma dos Centros Urbanos

Elaboração de conteúdo

Cedaps e UNICEF no Brasil

Projeto gráfico e diagramação: Compasso Comunicação – www.artecompasso.com.br



Escritório do UNICEF em Belém

Tel.: (91) 3073.5700

E-mail: belem@unicef.org

Escritório do UNICEF em Fortaleza

Tel.: (85) 3306.5700

E-mail: fortaleza@unicef.org

Escritório do UNICEF em Manaus

Tel.: (92) 4009.0850

E-mail: manaus@unicef.org

Escritório do UNICEF em Recife

Tel.: (81) 3059.5700

E-mail: recife@unicef.org

Escritório do UNICEF no Rio de Janeiro

Tel.: (21) 3147.5700

E-mail: riodejaneiro@unicef.org

Escritório do UNICEF em Salvador

Tel.: (71) 3183.5700

E-mail: salvador@unicef.org

Escritório do UNICEF em São Luís

Tel.: (98) 4009.5700

E-mail: saoluis@unicef.org

Escritório do UNICEF em São Paulo

Tel.: (11) 3728.5700

E-mail: saopaulo@unicef.org

ALIANÇA ESTRATÉGICA



PARCEIROS TÉCNICOS

